



DECISÃO A RESPEITO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Trata-se de recurso apresentado referente à contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de plataforma para acessibilidade com percurso vertical com duas paradas para a ILPI, conforme especificações em anexo do edital, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre a Prefeitura Municipal de Lima Duarte e a ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos Lar São Vicente de Paula.

A empresa Elevação LTDA portadora do CNPJ 27.258.184/0001-40, apresentou recurso referente a habilitação da empresa vencedora do certame, alegando que o atestado de capacidade técnica apresentado não está equivalente ao edital. O recurso foi apresentado dentro do prazo previsto na Lei e no edital, sendo considerados tempestivos.

Aberto o prazo para contrarrazões, a empresa Facilita Comercio de Maquinas e Equipamentos LTDA CNPJ 46.113.198/0001-10 apresentou sua defesa no prazo previsto no edital, sendo considerado tempestivo. Findado os prazos recursais, o processo em epígrafe foi encaminhado e minuciosamente analisado pela Procuradoria Jurídica do Município.

Pelas considerações apresentadas no recurso e nas contrarrazões, tendo em vista as razões expostas pela Procuradoria no parecer jurídico em anexo, DECIDO pelo **DEFERIMENTO** do recurso apresentado pela empresa, devendo a Comissão de Licitação proceder à reforma da decisão, desclassificando a empresa vencedora e as demais que não cumprirem com as exigências do edital.

Lima Duarte, 13 de Setembro de 2023.



Arzencler Geraldino Silva
Presidente da ILPI



Fernanda Carelli da Silva
Pregoeira



Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG

Praça Juscelino Kubitschek, 173 – Centro – 36.140-000 – Telefax: (32)

PARECER JURÍDICO

Lima Duarte, 12 de setembro de 2023

Consulente: Comissão Permanente de Licitação/ILPI

Assunto: Recurso em Processo Licitatório – Autos Processuais nº 01/2023 – Pregão Eletrônico nº 01/2023 – Edital para contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de plataforma para acessibilidade com percurso vertical com duas paradas na ILPI, conforme especificações em anexo do edital.

RELATÓRIO

Trata-se, em síntese, de recurso administrativo interposto pela empresa **ELEVACO LTDA**, no âmbito do procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2023, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de plataforma para acessibilidade com percurso vertical com duas paradas na ILPI, conforme especificações em anexo do edital.

Para tanto, alegou, em síntese, que a empresa declarada vencedora do certame, **FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME**, não cumpre os requisitos exigidos no Edital, tendo em vista que não apresentou atestado de capacidade técnica que comprova aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante, uma vez que apresentou atestado com objetos diversos do licitado.

Postulou pelo provimento do recurso para desclassificar a licitante vencedora e designar nova data para reabertura do pregão para convocar a segunda colocada.

Dado o exposto, opino.

FUNDAMENTAÇÃO

Ab initio, sobreleva-se que a manifestação deste órgão jurídico limita-se a análise dos aspectos jurídicos da matéria em consonância com os argumentos apresentados, abstendo-se



Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG

Praça Juscelino Kubitschek, 173 – Centro – 36.140-000 – Telefax: (32)

quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros, e ainda aos que exija análise de conveniência e discricionariedade administrativa.

Em prosseguimento, destacamos que os licitantes e a comissão de licitação devem obediência ao instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados e de desclassificação dos concorrentes. Neste mesmo sentido, o exame dos documentos e ofertas apresentados pelos licitantes deve ser feito formalmente (apresentação conforme exigido no edital) e materialmente (conteúdo das informações neles contidas). Mais ainda, o procedimento licitatório deve observar a isonomia entre os concorrentes.

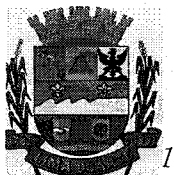
O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, e impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade. O mesmo é previsto expressamente no art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

A análise das cláusulas contidas no edital de pregão eletrônico nº 01/2023 revela que foi expressamente prevista a necessidade de comprovação da qualificação técnica através da apresentação de atestado de capacidade técnica para fins de comprovar que a licitante lá forneceu ou executou serviços compatíveis e de natureza semelhante em características ao objeto licitado. Assim, veja-se:

"7.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante."

No caso, a exigência da demonstração da capacidade técnica por meio dos atestados têm o escopo de resguardar a Administração Pública de que o licitante possui expertise e aptidão



Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG

Praça Juscelino Kubitschek, 173 – Centro – 36.140-000 – Telefax: (32)

técnica, caso seja o vencedor do certame e venha a ser contratado. Neste prisma, os documentos apresentados no envelope habilitação deverão ser apreciados e interpretados sempre preconizando a finalidade do documento para a consecução do interesse público.

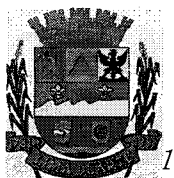
Compulsando os Autos, consta à f. 118, o atestado de capacidade técnica apresentada pela empresa vencedora, confeccionado pela empresa GF COMERCIAL IRELI, vejamos:

Atestado de Capacidade Técnica	
A empresa GF COMERCIAL IRELI, inscrita no CNPJ 13.174.490/0001-94, atesta a quem possa interessar que a empresa Facilita Comercio de Maquinas e Equipamentos LTDA, inscrita no CNPJ: 46.113.198/0001-10 estabelecida na Rua Frei Hilario, 370, Campinas, São José – SC, forneceu e instalou o seguinte item:	
Caretinha para transporte de animais.	2 UND
Caçamba basculante de 10m³.	1 UND
Prancha carrega tudo de 15m de comprimento.	1 UND
Comboio de abastecimento.	1 UND
Equipamento combinado de hidrojateamento e alto vácuo.	1 UND
Sistema de abastecimento de 12v, 2000 litros.	2 UND
Máquina de pintura viária com reboque.	1 UND
Balança rodoviária para até 80 ton.	1 UND
Giroflex em led.	4 UND
Oficina completa com elevador, balanceadora, alinhadora, etc.	1 UND
Atestamos ainda, que tais equipamentos foram entregues e instalados conforme especificações técnicas e dentro do prazo determinado.	

Em análise do documento, infere-se que, de fato, o atestado técnico apresentado não relaciona nenhum serviço de fornecimento e instalação de plataforma para acessibilidade ou transporte vertical de pessoas, já que todos os itens constantes do referido atestado se referem a estruturas e máquinas voltadas ao ramo de oficina mecânica.

Embora o ultimo item do atestado faça referência a “elevador”, é certo que se trata de estrutura voltada a levantamento de veículos automotores, em nada tendo relação com a plataforma de acessibilidade, que visa transportar pessoas.

Assim, entendo que o licitante está em desacordo com o objeto do edital que se refere a comprovação de capacidade técnica, ainda mais quando se trata de equipamento de segurança,



Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG

Praça Juscelino Kubitschek, 173 – Centro – 36.140-000 – Telefax: (32)

voltando ao transporte de idosos que se encontram na Instituição de Longa Permanência para Idosos.

Pelo exposto, infere-se que os argumentos trazidos pela recorrente em sua peça recursal, submetidos ao crivo desta Comissão Permanente de Licitação, mostraram-se suficientes para comprovar a necessidade de reforma da decisão no que tange a HABILITAÇÃO da empresa FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, de modo que o provimento do recurso é medida que se impõe.

CONCLUSÃO

Pelas razões retromencionadas, notadamente a sistemática constante na Lei 8.666/93, opino pelo **conhecimento do recurso interposto pela empresa ELEVACO LTDA e, no mérito, pelo seu provimento, com a reforma da decisão**, desclassificando a empresa vencedora FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, por não ter cumprido com a exigência do edital prevista no subitem 7.5.1.

É o parecer, salvo melhor juízo. À consideração superior.


JOÃO VICTOR FERREIRA BITTENCOURT

OAB/MG 177.131